Entidade: Centro Social e Paroquial São Pedro de Nariz

Balanço do período findo em 31.12.2019 e 31.12.2018



RUBRICAS	Notas	31.12.2019	as 31.12.2018
ACTIVO			321222020
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		429.904,11	485.360,26
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis		2.730,60	2.730,60
Investimentos financeiros		1.372,79	911,17
Fundadores/Beneméritos/patrocinadores/doadores/accociados/membros			
Outros			
		434.007,50	489.002,03
Activo corrente			
Inventários			
Clientes/Utentes		4.072,68	3.247,39
Adiantamentos a Fornecedores			
Estado e outros entes públicos		4.702,10	3.268,74
Fundadores/Beneméritos/patrocinadores/doadores/accociados/membros			
Outras contas a receber			
Diferimentos		806,68	2.514,65
Outros Activos correntes			
Caixa e depósitos bancários		272.515,48	286.069,14
Outros			
		282.096,94	295.099,92
Total do ACTIVO		716.104,44	784.101,95
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Fundos		5.237,38	5.237,38
Excedentes Técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		484.949,27	517.641,87
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais		220.271,68	223.229,2
Resultado líquido do período		-60.533,15	-40.271,33
Total do Fundo do Capital		649.925,18	705.837,17
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar	1		
Outros	3		
		0,00	0,00
Passivo corrente		Lagrania de la Cara de	
Fornecedores		13.665,10	14.823,83
Adiantamento de clientes			
Estado e outros entes públicos		9.696,93	9.048,5
Accionistas/Sócios			,
Fundadores/Beneméritos/patrocinadores/doadores/accociados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outras contas a pagar		42.817,23	54.392,3
Outros passivos financeiros		42.017,25	54.552,5
Outros		20.470.00	70 754 7
Total do Passivo		66.179,26 66.179,26	78.264,73 78.264,73

Some Julius de Olderie partes des Carigo de gestão Carigo de costa Carigo Costa Galeacipas Sant Colho

Entidade: Centro Social e Paroquial São Pedro de Nariz



Demonstração dos resultados individual por naturezas do período findo em 31.12.2019 e 31.12.2018

Euros

DESIGNATIVOS E CASTOS		Períod	os
RENDIMENTOS E GASTOS		31.12.2019	31.12.2018
Vendas e serviços prestados	+	114.334,08	102.414,33
Subsídios, doacções e legados à exploração	+		
ISS, IP - Centros Distritais	+	272.668,28	269.739,89
Outros	+	17.242,19	36.509,22
Variação nos inventários da produção	+/-		0,00
Trabalhos para a própria entidade	+		0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	2	-44.378,68	-46.958,19
Fornecimentos e serviços externos	=	-82.527,60	-82.669,79
Gastos com pessoal	_	-314.214,69	-329.932,84
Ajustamentos de Inventário (perdas/reversões)	-/+		0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+		0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	-/+		0,00
Aumentos/Reduções de justo valor	-/+		0,00
Outros rendimentos e ganhos	+	12.916,46	30.565,94
Outros gastos e perdas	-	-117,15	-119,93
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	-24.077,11	-20.451,37
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	-37.909,40	-21.796,89
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	-61.986,51	-42.248,26
Juros e rendimentos similares obtidos	+	1.470,80	1.976,93
Juros e gastos similares suportados	<u> </u>	-17,44	
Resultado antes de impostos	=	-60.533,15	-40.271,33
Imposto sobre rendimento do período	-/+		0,00
Resultado liquido do período	=	-60.533,15	-40.271,33

O Contabilista Certificado

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL S.PEDRO NARIZ

Balancete de Razão

Reg. Exercício / 2019

Data: 02-10-2020

Página: 1 de

(Valores em Euros)

			Acumu	ılado	
Conta	Descrição	Débito	Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
11	Caixa	89 807,44	88 834,67	972,77	0,00
12	Depósitos à ordem	550 432,00	544 571,96	5 860,04	0,00
13	Outros depósitos bancários	345 000,00	100 000,00	245 000,00	0,00
14	Outros instrumentos financeiros	20 682,67	0,00	20 682,67	0,00
21	Clientes e Utentes	120 134,02	116 061,34	4 072,68	0,00
22	Fornecedores	119 228,23	132 893,33	0,00	13 665,10
23	Pessoal	223 991,11	224 080,97	0,00	89,86
24	Estado e outros entes públicos	102 126,93	107 121,76	0,00	4 994,83
25	Financiamentos obtidos	0,00	0,01	0,00	0,01
27	Outras contas a receber e a pagar	43 577,98	86 305,34	0,00	42 727,36
28-	Diferimentos	3 321,33	2 514,65	806,68	0,00
31	Compras	44 516,94	44 516,94	0,00	0,00
41	Investimentos financeiros	1 372,79	0,00	1 372,79	0,00
43	Activos fixos tangíveis	902 651,58	472 747,47	429 904,11	0,00
44	Activos intangíveis	2 730,60	0,00	2 730,60	0,00
51	Fundos	0,00	5 237,38	0,00	5 237,38
56	Resultados transitados	84 329,51	569 278,78	0,00	484 949,27
59	Outras variações nos fundos patrimoniais	2 957,57	223 229,25	0,00	220 271,68
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	44 378,68	0,00	44 378,68	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	82 787,09	259,49	82 527,60	0,00
63	Gastos com o Pessoal	357 807,92	43 593,23	314 214,69	0,00
64	Gastos de depreciação e de amortização	37 909,40	0,00	37 909,40	0,00
68	Outros gastos	117,15	0,00	117,15	0,00
69	Gastos de financiamento	17,44	0,00	17,44	0,00
72	Prestações de serviços	2 272,87	116 606,95	0,00	114 334,08
75	Subsídios, doações e legados à exploração	657,62	300 370,80	0,00	299 713,18
78	Outros rendimentos	100,00	3 213,75	0,00	3 113,75
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00	1 470,80	0,00	1 470,80
81	Resultado líquido do período	57 825,19	57 825,19	0,00	0,00
	Totais	3 240 734,06	3 240 734,06	1 190 567,30	1 190 567,30
	SaldoGeral				

A there



ANEXO 2019







Conteúdo

1. Identif	icação da Entidade
2. Refere	ncial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras2
3. Princip	pais Políticas Contabilísticas
3.1 Ba	ases de Apresentação
3.2 Pc	olíticas de Reconhecimento e Mensuração5
3.3 Pc	olíticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros8
4. Dispon	ibilidades8
5 . Activo	os Fixos Tangíveis9
6 . Locaç	ões10
7. Inventário	os10
8. Subsídios	do Governo e apoios do Governo10
8. Outras co	ontas a receber e a pagar10
9. Benefício	s dos empregados11
10. Acontec	imentos após a data do Balanço11
11. Divulgaç	ções exigidas por outros diplomas legais11
12. Outras I	nformações11





1. Identificação da Entidade

O Centro Social Paroquial S. Pedro de Nariz é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, que se rege pelo direito canónico e pelo direito civil. Tem sede na freguesia de Nariz, concelho e distrito de Aveiro.

Tem vindo a desenvolver a sua atividade no âmbito da promoção integral da pessoa humana através dos serviços na área da Infância e Juventude, designadamente, Creche, Educação Pré-Escolar e C.A.T.L., e na área das pessoas idosas com o Serviço de Apoio Domiciliário.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2012.

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2019, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.





3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem





as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confiram segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira





consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Instituição espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Instituição tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.3 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição. A 31 de Dezembro não havia saldo a inventariar uma vez que que o inventário destina-se ao desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa.





3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Clientes, Utentes e outras contas a Receber

Os "Clientes", "Utentes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
 - Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a caraterística qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.





Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: "A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."







As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o ano de 2019 foram detectadas algumas incongruências em diversos saldos que ao serem analisados foram alvo das devidas correcções. As mesmas encontram-se detalhadas em cada item deste Anexo.

4. Disponibilidades

Os saldos das contas de disponibilidade são os apresentados abaixo.

	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	555,73 €	89.251,71 €	88.834,67 €	972,77€
Depósitos à Ordem	4.830,74 €	545.601,26€	544.571,96 €	5.860,04 €
Outros depósitos bancários	260.000,00 €	85.000,00€	100.000,00€	245.000,00€
	265.386,47 €	719.852,97 €	733.406,63 €	251.832,81 €



5. Activos Fixos Tangíveis

Tendo por base o correcto conhecimento dos bens constantes do mapa de imobilizado da Instituição, foi elaborado o mapa respeitante a 2018 e a 2019 realçando as devidas correcções na contabilidade. Assim a quantía escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantía escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Movimentos				
	2018	Aumentos / Depreciações	Alienações	Transferências Abates	
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	853.526,38 €	6.281,56 €	3 - E	3 -	859,807,94 €
- TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	\$7.067,00 €				37.067,00 €
- EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	564.602,80 €	2.781,56 €			567.384,36 €
- EQUIPAMENTO BÁSICO	38.583,49 €				38.583,49 €
- EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	103.071,89 €	3.500,00 €			106.571,89 €
- EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	22.921,96 €				22.921,96 €
- OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS	67.279,24 €				67.279,24 €
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	370.947,68 €	80.753,04 €	9 00′0	000€	429.903,83 €
- EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	167.279,76 €	57.016,60 €		19	224.296,36 €
- EQUIPAMENTO BÁSICO	38.583,49 €				38.583,49 €
- EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	54.862,60 €	21.960,18 €			76.822,78 €
- EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	21.145,70 €	1.776,26 €			22.921,96 €
- OUTROS ATIVOS FIXOS TANGIVEIS	67.279,24 €				67.279,24 €
ACTIVOS EIXOS TANGÍVEIS	482.578,70 €	- 74.471,48 €	3 -	3 -	429.904,11 €

Herr A

Centro Social e Paroquial São Pedro de Nariz



6. Locações

Não Aplicável.

7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2019 a Instituição não apresentava saldo final na rúbrica de inventários.

8. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2019, a Instituição tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Subsídios à Exploração	2019
ISS, IP - Centro Distrital	272.668,28€
CMA	12.000,00€
IEFP	1.159,27€
Outros	1.125,35€
PIDDAC	2.957,57 €
Total Liquido	291.929,47€

8. Outras contas a receber e a pagar

Clientes e Utentes	4.072,68€
Fornecedores	-13.665,10€
Pessoal	-89,86€
Outras contas a receber	0,00€
Outras contas a pagar	-42.817,23€
Diferimentos	806,68





9. Benefícios dos empregados

Os gastos que a Instituição incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019
Remunerações aos Orgãos Sociais	
Remunerações ao pessoal	252.655,59€
Benefícios Pós-Emprego	
Indemnizações	
Encargos sobre as Remunerações	55.496,48 €
Seguros de Ac. Trab. e Doenças Profissionais	3.557,92 €
Gastos de Ação Social	
Outros Gastos com o Pessoal	2.504,70 €
Total	314.214,69 €

10. Acontecimentos após a data do Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.





	2019
Vendas e serviços prestados	114.334,08€
Subsídios, doacções e legados à exploração	299.713,18€
Fornecimentos e serviços externos	
Subcontratos	
Trabalhos Especializados	6.384,04€
Vigilância e Segurança	
Publicidade e Propaganda	
Honorários	14.945,32€
Conservação e Reparação	6.499,18€
Despesas Bancárias	202,97 €
Outros	7.388,37€
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápid	292,23€
Livros e documentação técnica	
Material de escritório	1.334,50€
Artigos para oferta	
Outros Materiais	8.050,81€
Electricidade	5.987,63€
Combustíveis	4.743,26€
Água	3.241,36€
Outros	3.465,37 €
Deslocações e Estadas	1.295,00€
Transporte de Mercadorias	
Rendas e alugueres	2.141,76 €
Comunicação	1.149,90€
Seguros	4.908,72€
Contencioso e Notariado	994,77€
Despesas de Representação	
Limpeza, Higiene e Conforto	6.951,47€
Outros Serviços	2.041,00€
Outros rendimentos e ganhos	12.916,46€
Outros gastos e perdas	17.663,90€

Nariz, 11 de Setembro de 2020

O Contabilista Certificado

Maria João Oliveira Tavares

A Direcção

Padre Pedro Barros

Centro Social e Paroquial São Pedro de Nariz